



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BALBINO ROGÉRIO FRANÇA COSTA

Mestrado Profissional em História

Universidade Estadual do Maranhão



**CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E
IDENTIDADES NEGRAS:
pensando referenciais
para a organização da
prática pedagógica
quilombola pela literatura.**



Pesquisa e elaboração do texto: Balbino Rogério França Costa

Orientação: Profa. Dra. Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Revisão do texto: Profa. Dra. Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Projeto gráfico e diagramação: Hélio José Soares Lima

Ilustrações: Hélio José Soares Lima

Fotografia: João Pedro Alves / Arquivo Pessoal

Costa, Balbino Rogério França.

Consciência histórica e identidades negras: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica quilombola pela literatura. / Balbino Rogério França Costa. – São Luís, 2023.

61 f.; il.

Produto Educacional da Dissertação “Relações étnico-raciais e escolarização: o livro de Língua Portuguesa e seus gêneros textuais como bases de construção da consciência histórica e identitária negra e quilombola, frente a implementação da Lei n.º 10.639/2003”.

Orientação da Profa. Raissa Gabrielle Vieira Cirino

1. Ensino de História. 2. Educação quilombola. 3. Livro didático. 4. Literatura afro-brasileira. 5. Cartilha Pedagógica. I. Título.

CDU 93/94:371.333(812.1) (086)(075.2)

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837



Dedico este trabalho a Deus, que em seu amor e sua infinita misericórdia deu-me forças para conseguir concluí-lo. À minha querida e admirável orientadora, a professora doutora, Raissa Gabrielle Vieira Cirino, e aos meus pais, Manoel Costa e Eliene França, por sempre acreditarem em mim e por terem dado o incentivo que tanto precisei ao longo dessa caminhada.



APRESENTAÇÃO

Prezado professor, prezada professora,

Apresentamos a você a Cartilha Pedagógica “CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADES NEGRAS: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica quilombola pela literatura”, pensada e elaborada como produto educacional no curso de Mestrado Profissional em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão.

O material em questão destina-se a você docente do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Raimundo Nonato Lobato, unidade de ensino situada na Comunidade Quilombola Vila Nova, em Palmeirândia, Estado do Maranhão.

O nosso objetivo se pauta em subsidiar referenciais técnicos e pedagógicos que auxiliem a formação para a educação étnico-racial, para a educação quilombola e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana pelo viés da Literatura, com diálogos com a História, a partir contos literários.

Organizada em três partes estruturantes, esta cartilha apresenta na sua primeira parte as reflexões acerca da representação e do reconhecimento dos negros na história da sociedade brasileira. Nesse sentido, traz-se definições preponderantes para quilombo (dando ênfase às relações temporais de luta e resistência). Dito isso, evidencia-se o que é ser quilombola, e por fim apresenta-se em linhas gerais a comunidade Vila Nova como foco da pesquisa.

A segunda parte, por vez, faz referência à educação escolar quilombola. Nessa perspectiva, define-se o que compreende essa educação, dar-se destaque as discussões que reiteram as complexidades e desafios justapostos no ambiente escolar em torno das relações étnico-raciais. Para então, em seguida, enfatizar o porquê da necessidade de tratar de relações étnico-raciais na escola.

Na sequência, com intuito de promover o reconhecimento do direito étnico-racial, apresenta-se sistematicamente as bases legais e regulamentares da política de Educação Escolar Quilombola, ressaltando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.



Por legitimar, a partir da pesquisa realizada, a necessidade de materiais adequados à perspectiva da educação escolar quilombola, assim como ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, destacamos o papel do PNLd e apresentamos critérios para escolhas dos materiais didáticos e paradidáticos.

Nesse encadeamento, a terceira parte traz uma discussão acerca da literatura afro-brasileira e africana como uma possibilidade prática pedagógica, extremamente favorável ao ensino de História, e consequente base para a construção da consciência histórica e das identidades negras e quilombolas.

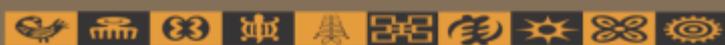
Logo, fazemos indicações de textos e possibilidades pedagógicas, assim como, trazemos um bloco de indicações de quatro contos literários afro-brasileiros compreendidos na obra paradidática *Meu Avô Africano* de Carmen Lúcia Campos, que buscam mobilizar a efetivação no âmbito das salas de aula a lei n.º 10.639/2003 pelo diálogo multidisciplinar entre a História e a Língua Portuguesa (Literatura).

Em meio a isso, indicamos Conteúdos e Temas a serem trabalhados, Atividades Pedagógicas a serem desenvolvidas a partir dos contos apresentados, e aprendizagens e conhecimentos construídos a partir dessas experiências.

Com este material buscamos não apenas discutir sobre a educação para negros e quilombolas, mas colaborar para avançarmos cada vez mais para uma educação intercultural, e para que as mais diferentes áreas e componentes disciplinares quebrem os muros que limitam as abordagens e assim, professores e estudantes tenham a possibilidade de construir seus conhecimentos históricos a partir do diálogo entre as mais diversas linguagens e metodologias.

Dito isso, esperamos que você, professor e professora, explore o material prazerosamente, e que ele contribua de alguma maneira para a elaboração de suas aulas com enfoque ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, numa relação multidisciplinar ou até mesmo transdisciplinar, auxiliando os estudantes na ampliação o repertório crítico e cultural acerca dos negros e quilombolas, e a sua construção histórico-identitária.

(O Autor).



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 O QUE É QUILOMBO? | 05 |
| 1.1 O que é ser quilombola? | 09 |
| 1.2.1 A comunidade quilombola Vila Nova | 12 |
| 2 O QUE É EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA? | 15 |
| 2.1 As relações étnico-raciais no cotidiano escolar | 17 |
| 2.1.1 Por que então precisamos TRATAR de relações étnico-raciais na ESCOLA? | 18 |
| 2.2 As bases legais da política de Educação Escolar Quilombola | 19 |
| 2.2.1 A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em territórios quilombolas | 30 |
| 2.3 PNLD e critérios para escolhas dos livros didáticos | 31 |
| 3 A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA COMO BASE DE CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTITÁRIA | 33 |
| 3.1 Indicações de Textos e Possibilidades Pedagógicas | 37 |
| 3.1.1 Os Contos | 38 |
| 3.1.2 Sugestões de Conteúdos e Temas a serem trabalhados | 52 |
| 3.1.3 Sugestões de Atividades Pedagógicas | 53 |
| 3.1.4 Aprendizagens e Conhecimentos | 55 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| REFERÊNCIAS | 58 |
| ANEXOS | 60 |



1

O QUE É QUILOMBO?



Comunidade Quilombola Vila Nova
Palmeirândia / MA
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.



Responder este questionamento corriqueira e naturalmente nos leva de maneira equivocada à memória de quilombo apenas como elemento histórico e colonial, constituído como lugar onde negros comercializados por europeus (trazidos forçadamente do continente africano para a América, em especial para o Brasil, se concentravam e se refugiavam), e embora escravizados resistiam ao processo de exploração do trabalho nesses espaços.

Definir quilombo apenas por essa vertente, por essa ideia construída e propagada que limita e desqualifica a sua história e a sua importância, distorce, nega e invisibiliza o seu verdadeiro significado e sentido na construção da história dos quilombos, assim como o protagonismo e importância dos quilombolas no Brasil.

O termo quilombo, em específico “kilombo” origina-se no continente africano, tendo a sua origem etimológica a partir da língua Bantu, e quando aportuguesada ganha nova estrutura ortográfica “quilombo”. A expressão em questão, é um termo construído e utilizado pelo povo ovimbundo na África Central, tendo seu uso para definir ou ainda referir-se a um tipo específico de instituição sociopolítica militar constituída no século XVII pelos povos angolanos.

Longe de ter a referência estabelecida inicialmente, a palavra quilombo temporalmente vem ganhando novas reflexões, questionamentos, entendimentos e concepções de significado e importância, ultrapassando em certa medida o sentido militarista concebido preliminarmente.

O aquilombamento é uma realidade construída na história de diversos espaços geográficos mundiais onde existiram diferentes maneiras de escravismo criminoso, inclusive nas Américas, configurando-se como um processo de formação/organização de quilombos por meio dos quais os negros comercializados, fogem do sistema escravização, passam a resistir e lutar pelo direito à liberdade.

Nilma Lino Gomes (2006) apresenta os quilombos como experiências coletivas de africanos e dos seus mais diversos descendentes, nos mais distintos contextos e realidades, com estratégias de não se render, reagir e resistir ao processo de escravização, e dessa forma buscar possibilidades outras de sobreviver e existir em face dos conflitos.

Considerando tais mudanças conceituais ao longo do tempo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola de 2012 reafirmam o conceito apresentado por Gomes (2011), contudo destacam que os quilombos contemporâneos ganham novas especificidades, inclusive que estes podem estar localizados tanto em áreas urbanas quanto rurais. Contudo, permanece viva a essência de que estes tenham vivas as tradições culturais e históricas que valorizam os antepassados em face da construção histórico-identitária coletiva pelo pertencimento.

Quilombos dessa maneira se legitimam atualmente como terras ocupadas por sujeitos sociais remanescentes das comunidades dos quilombos antigos, contextos utilizados e explorados para garantir a sua reprodução cultural, física, social e econômica.



Comunidade Quilombola Vila Nova – Palmeirândia – MA
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Inúmeras são as comunidades negras e quilombolas existentes no território brasileiro. Comunidades essas registradas em quase todas as unidades federativas do país. Espaços onde os mais diversificados grupos étnicos se constituíram, tendo por referência o território, compreendido como espaço coletivo que imprime a vida da comunidade, cujas afinidades se firmam pelas relações de territorialidade, ancestralidade, comunidade, memória, oralidade, costumes e tradições, tecnologias, etc.

1.1 O que é ser quilombola?

Quilombolas, numa definição simples e objetiva, são aqueles sujeitos (negros ou não) que historicamente vêm lutando para existir e resistir. São aqueles que resistiram e resistem ativamente ao seu apagamento e a sua invisibilidade histórica, são aqueles que têm constantemente lutado para o seu reconhecimento cidadão. São os mais diversos grupos de descendentes de escravizados que conscientes da sua história, cultura, memória e protagonismo social, lutam pelo direito de viverem e terem os seus territórios em meio aos laços de parentesco, memórias coletivas, costumes, tradições, etc.

“A memória pode ser apagada a qualquer momento. A qualquer momento as pessoas podem morrer e levar com elas todas as suas experiências vividas ao longo da vida. [...] Por isso, é importante que as memórias sejam escritas, sejam registradas. [...] Imaginem quantas memórias importantes se perderam na nossa comunidade por não termos nada registrado, nada que pudesse mostrar às futuras gerações o que vivemos. Quem perde somos nós, que vamos perdendo nossa história”!

Lúcio Costa, 64 anos
Comunidade Quilombola Vila
Nova

Quilombolas compreendem na contemporaneidade uma importante parcela da população, ora excluída, escravizada, explorada, subjugada e marginalizada historicamente, que pela reação, resistência e o desejo de não se render, permanece disposta a reivindicar os seus espaços sociais e o direito de serem quem são.



Lúcio Costa, 64 anos
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

Legitimam-se ainda como grupos étnico-raciais que atendem aos critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO n.º 4.887/2003).

Outrossim, ser quilombola é ser livre, entendendo e reconhecendo todos os esforços, os propósitos e estratégias de embate e luta do seu povo pela sobrevivência ao longo da história. É ter consciência e plena convicção da sua história, saber que muitas das narrativas construídas ao longo do tempo distorcem a verdade com o intuito de desqualificar, omitir e esconder a verdade.

Ser quilombola é saber que a sua história não começou nos navios negreiros ou ainda nos portos, como sempre nos foi contado, inclusive nos livros didáticos de História que insistem nesse ponto de partida. Essa história começa bem antes, no Continente e não no mar. É ter consciência que a sua descendência é oriunda de várias civilizações e reinados africanos, de reis e rainhas, de inúmeros intelectuais os quais contribuíram muito para o avanço das tecnologias, ciências, medicina, astrologia, numerologia, agricultura entre tantos outros pontos de grande relevância.

“Ser negra e ser quilombola pra mim é um orgulho. É ser eu quem sou, uma mulher de muita sorte que muito lutou pra sobreviver. Sempre tive uma vida difícil, já sofri preconceito, já perdi muitas oportunidades por ser negra. Sempre batalhei pra sustentar minha família. Mas nada disso me faz me envergonhar de quem eu sou, de onde eu venho, da família que tenho”.

Isabel Barros, 62 anos.
Comunidade Quilombola Vila Nova



Isabel Barros
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

1.2 A Comunidade Quilombola Vila Nova

A Comunidade Quilombola Vila Nova é uma das muitas comunidades rurais que compõem o município de Palmeirândia (MA), sendo fortemente marcada por características histórico-culturais vindas do regime escravista e da cultura quilombola. Localizada a 12 km de distância da sede do município, a comunidade negra rural, assim como a grande maioria das comunidades remanescentes quilombolas brasileiras, vivencia os desafios constantes de manter seus costumes e tradições.



Comunidade Vila Nova
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

Nesse sentido, o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, destacando que:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN n.º 3.239.

§ 1º [...] a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. (BRASIL, 2003, p.1).

Notadamente são muitos os aspectos que legitimam e demonstram a comunidade como originária de quilombo. Contudo, conscientes desse pertencimento em 02 de setembro de 2018 a população se autodefiniu como quilombola, e em 14 de julho de 2019, após todo um processo burocrático obteve o certificado, após um longo processo de investigação social, histórico e cultural, realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.



Não se sabe ao certo quando a comunidade surgiu, visto que não há nenhum registro histórico que date exatamente o seu surgimento, tendo em vista que tal como outros quilombos, ela foi espaço de acolhimento de diferentes indivíduos durante o regime escravista. Com base nos pressupostos coletados acerca da sua história, a comunidade até então conhecida como Vila Nova, anteriormente recebeu outros nomes: comunidade Boa Esperança, Comunidade do Urucuzal, Comunidade Coivaral e Comunidade Muriti.

Atualmente, a comunidade Vila Nova tem em média 700 moradores, dentre os quais destaca-se a maioria negros e pardos. Contudo, há um crescente número de pessoas de outras localidades migrando para comunidade pelo acesso às terras e possibilidades de explorá-las. Neste sentido, grande parte das terras têm sido apropriadas e/ou compradas para construção de residências, fazendas, com extensos mapeamentos de pasto para criação de gado.

A origem dos primeiros moradores da localidade data do século XIX. Um dos primeiros deles foi Raimundo Nonato Lobato, um ex-escravo fugido, filho de escravos, vindo na época de uma fazenda situada na região próxima ao atual município de Alcântara (COSTA, 2014).

Francisco Celestino, Francisco das Chagas e Analino da Assunção Chagas foram outros moradores muito importantes no contexto de contribuições, povoamento, organização social e respaldo histórico e valorização quilombola.

Observa-se uma acentuada relação de parentesco entre os indivíduos, demonstrando, assim, um grande sentimento de familiaridade e afinidade comunitária, onde o convívio social é norteado por valores tradicionais. A presença expressiva de habitantes com os sobrenomes dos “primeiros moradores” – Martins, Lobato e das Chagas – reforça esse sentimento de coletividade e ancestralidade.

As manifestações culturais são evidenciadas principalmente pelo tambor-de-crioula, farra de caixa, ladainhas e as festividades de São Francisco das Chagas (padroeiro da comunidade). É necessário dar ênfase que os moradores se reúnem mensalmente na sede da sua Associação, com o intuito de terem contatos e experiências (discussões, reflexões coletivas e rodas de conversas e organização



das festividades tradicionais) que favoreçam a construção e valorização da identidade local quilombola.

As principais manifestações culturais da comunidade estão pautadas nas festas religiosas e folclóricas: Festejo de São Benedito, Tambor de Crioula, Farra de Caixa e Festa do Divino. Ademais, a interação é um fator primordial, considerando o desenvolvimento das inúmeras atividades a curto e longo prazo realizadas de forma dinâmica e coletiva, como as tapagens de casas, o trabalho de roça e a produção de farinha. A agricultura e a extração do babaçu são as atividades mais praticadas, sendo, portanto, a base econômica da comunidade.

Já se tratando dos meios de transporte e locomoção, a população local se utiliza de animais como cavalo, burro, jumento e boi; carroças, bicicletas, motos e carros. Na comunicação, o grupo dispõe dos serviços de sinal de telefonia móvel, rádio, televisão e internet.

Em relação a aspectos e informações socioeconômicas e de saneamento básico da comunidade, faz-se pertinente destacar que ela dispõe de energia elétrica pelo sistema estadual, e água pelo sistema de abastecimento por poço artesiano construído e disponível pelo poder público municipal.

A comunidade rural depende efetivamente do núcleo urbano, o centro do município de Palmeirândia, para realização de algumas atividades administrativas e burocráticas, como acesso a bancos. Contudo, para serviços e atividades mais específicos, os moradores necessitam se deslocar aos municípios vizinhos, São Bento (MA) ou Pinheiro (MA), ou ainda até a capital do estado São Luís (MA), .

A comunidade dispõe ainda de uma unidade básica de saúde, a qual atende diariamente os moradores com atividades básicas, nos turnos matutino e vespertino. Consultas são realizadas quinzenalmente com agendamento pré-estabelecido. Procedimentos de saúde mais complexos, como exames e cirurgias, são realizados na sede do hospital municipal.

Fazendo referência direta à educação a comunidade dispõe da Escola Municipal Raimundo Nonato Lobato, ela constitui-se como uma das várias unidades de ensino que compõem a rede de educação do município de Palmeirândia (MA). O nome da escola se trata de uma homenagem ao primeiro morador da comunidade.

Prédio da Escola Municipal Raimundo Nonato Lobato



Fonte: De autoria própria, 2023.

Situada na zona rural, na comunidade quilombola Vila Nova, a escola atende sessenta e dois alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental – primeiro ciclo, nos turnos matutino e vespertino. Tal como na grande maioria das escolas do campo, a unidade atende aos alunos em regime multisseriado, ou seja, em virtude do baixo número de alunos, os anos de ensino são organizados juntos em uma única turma.



2

O QUE É EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA?

Comunidade Quilombola Vila Nova
Palmeirândia / MA
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.



No quilombo tem escola? Como são essas instituições? Eles utilizam uma pedagogia própria, diferente dos outros contextos? A educação escolar quilombola é um direito? Por que é necessário ter uma especificação de educação escolar exclusiva para territórios quilombolas? Esses são alguns dos diversos e constantes questionamentos e concepções equivocadas em torno da Educação Escolar Quilombola.

Assim como a concepção em torno de quilombos, parte significativa da sociedade brasileira desconhece a proposta de educação escolar quilombola, inclusive muitos profissionais da educação. Tais posicionamentos são justificáveis à medida que somos frutos de uma educação escolar que direciona a sua estruturação no atendimento à perspectiva de redemocratização dos direitos mais fortemente, apenas nas últimas décadas. Por outro lado, temos uma frágil e recente consciência histórica acerca da formação e da resistência dos ancestrais nos quilombos antigos, uma vez que as narrativas apresentadas em parte das escolas invisibilizou essa realidade.

Nesse processo de construção contínua, a Educação Escolar Quilombola configura-se como a educação desenvolvida exclusivamente em unidades escolares situadas em territórios quilombolas, ou ainda aquelas que, mesmo situadas em outros contextos, atendam alunos oriundos de comunidades quilombolas. E nesse sentido, as diretrizes pressupõem e garantem o direito básico desses sujeitos ao acesso a um currículo diferenciado e uma pedagogia própria, que esteja alinhada e respeite às especificidades históricas, culturais, sociais e étnicas de cada comunidade (BRASIL, Resolução CNE n.º 8/2012).

Para tanto, tal educação garante em face das bases legais e curriculares que os professores tenham formações específicas que observem os princípios da Constituição Federal, considerem as determinações e orientações justapostas pela Base Nacional Comum Curricular e os demais princípios que orientam a Educação Básica do país.

Entre as suas particularidades, a educação escolar quilombola considera que o processo aconteça e se construa de maneira coletiva, exigindo a participação efetiva da comunidade, e em especial das famílias, nos processos de ensino-aprendizagem no âmbito da escola.



A instituição escolar tem a função, frente a essa determinação, de articular os múltiplos e diversos conhecimentos ancestrais com os conhecimentos construídos e organizados pelos grupos sociais, inclusive os próprios quilombolas, e assim promover situações de ensino-aprendizagem. Assim também, as instituições têm por função compreender e garantir a valorização dos vínculos que a comunidade quilombola mantém com a sua ancestralidade, promovendo a aproximação entre a comunidade e a escola, auxiliando efetivamente na construção da consciência histórica e das identidades dos sujeitos em formação.

2.1 As relações étnico-raciais no cotidiano escolar

Compreender a escola como espaço plural nos leva a reconhecer a diversidade de sujeitos que se relacionam historicamente, dividem espaços sociais e educacionais, e dão sentido à construção sócio identitária do Brasil.

Grande parte dos negros ao longo da história do Brasil não teve acesso às escolas: era algo exclusivo de pessoas brancas, tal como os preceitos da sociedade de cada época determinava, perdurando assim por muito tempo. A parcela mínima de negros que teve acesso à educação escolar era segregada em unidades de ensino específicas, que determinavam a separação entre brancos e negros. A educação buscava atender impreterivelmente as necessidades dos homens brancos, classe dominante, segregando a população negra e indígena do acesso à escola.

A escolarização dos negros, então, surge diante de uma disparidade social que vem sendo refletida e questionada temporalmente. Muitas das crianças negras integradas nas salas de aula nos mais diversos e longínquos contextos ainda hoje, infelizmente, são tratadas com indiferença, muitas vezes deixadas alheias às atividades pedagógicas, ou deixadas no “fundo da sala”, uma vez que são julgadas como incapazes, indignas e não merecedoras de fazer parte do processo educacional. Isso tudo é fruto de um projeto ideológico estrutural, baseado no racismo, que se dispõe em controlar e manter as relações de força e poder entre dominadores e dominados.



A representação social dos negros entre os estudantes no âmbito das salas de aula também é uma construção moldada em estereótipos inferiorizantes e preconceituosos, que buscam incorporar nos imaginários a desvalorização, a indiferença e até mesmo a negação da sua história e sua cultura.

Nesse sentido, tem-se o desafio de reelaborar a educação a partir de políticas afirmativas e abordagens pedagógicas, tanto curriculares quanto relacionadas ao processo de ensino e aprendizagens que considerem as relações étnico-raciais, bem como as necessidades de cada grupo e realidade. Além disso, que incorporem ações pedagógicas críticas que superem o ensino tradicional, construído historicamente e que reconhece e privilegia grupos e marginaliza outros por determinações ideológicas gestadas por relações de poder.

2.1.1 Por que então precisamos TRATAR de relações étnico-raciais na ESCOLA?

Porque o Brasil é um país marcado fortemente pelas relações multirraciais e riquezas de aspectos históricos e culturais que perpassam os contatos e as construções étnicas entre os mais diversos povos ao longo da sua formação. O Brasil vivencia as profundas marcas das desigualdades, do racismo estrutural, das marginalizações e das práticas opressoras.

Discutir e tratar acerca das relações étnico-raciais que constituem esse país é favorável e necessário, uma vez que o processo de colonização deixou profundas marcas de racismo e preconceito, incorporadas nas relações e no pensamento das pessoas, fragilizando os direitos, a consolidação da democracia e dificultando as experiências cidadãs. Logo, promover discussões e reflexões dessa natureza no ambiente escolar, além de atender uma determinação legal, auxilia no reforço à igualdade social e racial, e superação dos estigmas marginalizantes em torno dos negros e quilombolas.

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza. Temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

(Boaventura de Sousa Santos).



2.2

As bases legais da Política de Educação Escolar Quilombola

O Brasil é reconhecido mundialmente como um dos países com maiores desigualdades, isso sendo reflexo da sua formação histórica, social, política, cultural e econômica que ao longo de um grande período deu prioridade ao trabalho escravizado, às explorações, à divisão de classes, à grande propriedade territorial e à monocultura, marginalizando socialmente grande parte da população sem acesso às riquezas produzidas.

Diante desse “legado”, o Movimento Negro Unificado tem atuado efetivamente, cobrando o governo federal por políticas de ações afirmativas com enfoque à população afro-brasileira. Tudo isso para proporcionar aos grupos discriminados e marginalizados historicamente, como os afrodescendentes, um tratamento diferenciado que superasse as consequências de viverem inseridos numa sociedade eminentemente racista, desigual, discriminatória e preconceituosa (GOMES, 2011).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) mostra-se como o primeiro dispositivo legal de âmbito mundial que orienta e reconhece a problemática étnico-racial e o direito dos grupos sociais vulneráveis historicamente.

O dispositivo passa, então, a ser base para que se intensificassem discussões, questionamentos e problematizações em torno das diferenças, dos antagonismos e do tratamento desigual e excludente compreendidos nas sociedades mundiais.

Em vista desse reconhecimento e das lutas e discussões em torno do direito, surge a primeira base legal, nacionalmente no contexto brasileiro - A Constituição Federativa do Brasil de 1988.

O aporte legal em questão contempla a presunção e garantia da educação (independente de raça ou etnia) como um direito de todos, dever do Estado e da família dar condições básicas para o pleno desenvolvimento do aluno, o seu exercício da cidadania e a sua qualificação para o mercado de trabalho.



No entanto, embora a CF de 1988 fosse bastante eficiente no estabelecimento das garantias das oportunidades de educação, ela não foi suficiente. E nesse sentido, em 1995, o Movimento Negro Unificado (MNU), inquieto por alternativas e medidas compensatórias por parte do governo federal, estabeleceu um importante movimento de embates, discussões e lutas para garantir políticas de reparação e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana como um dos constructos da história do país, bem como medidas de combate ao racismo à discriminação racial no âmbito das escolas.

O MNU, mobilizador dessa luta coletiva, se propõe a questionar estruturas de relações de força e poder na sociedade, debater e lutar para romper com as ideias de manutenção de um sistema social ditado pela classe social hegemônica, a branca, que sempre ditou as regras desse injusto jogo.

A primeira tentativa de estabelecer diálogos com o governo federal deu-se na ocasião com o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), uma vez que buscava-se potencializar ações educacionais que justamente superassem os estigmas de um sistema formativo social negligente, que negava oportunidades fundamentais às minorias, e tampouco dava espaço na escola para que elas se reconhecessem a partir das diversidades (GOMES, 2011). Pela influência do modelo neoliberal, a solicitação não foi atendida.

Ainda assim, a atuação do movimento contribuiu significativamente para avanços, haja vista que nesse período pode-se mostrar verdadeiramente a ideologia de embranquecimento que sustentava a ideia de “**democracia racial**” no país, favorecendo o reconhecimento de que a sociedade brasileira é racista apesar de todo esse tempo.

IMPORTANTE!

DEMOCRACIA RACIAL:

Compreende um conceito construído por Gilberto Freyre que nega a existência do racismo no Brasil. Segundo ela, no Brasil não teriam conflitos decorrentes da diversidade étnico-racial.



Após todo um percurso de discussões, manifestações e lutas, no ano de 2003, já no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento Negro retomou diretamente as discussões e apresentou a sua solicitação quanto à articulação de políticas educacionais de reparação e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, sendo ouvida, e considerada de fato como uma necessidade urgente a ser trabalhada.

E, nesse sentido, foi criada e instituída a Lei n.º 10.639/2003 (sendo substituída posteriormente pela Lei n.º 11.645/2008), alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/1996, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no âmbito do território nacional (GOMES, 2011).

As diretrizes e bases da educação nacional, passam, assim, a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. De forma que os conteúdos passam a relacionar os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos.

Fica determinado ante o exposto que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Como um desdobramento, frente as leis em questão, o ministério da educação, em 2004, cria as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A base curricular é direcionada às instituições de ensino, que atuavam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira, em especial àquelas que oferecem cursos de nível superior em licenciatura, uma vez que era necessário preparar os professores em formação para atender as novas demandas e paradigmas da educação nacional.

Diante desse novo direcionamento, as instituições escolares, e em especial as de Ensino Superior, são obrigadas a incluir nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares a educação das relações étnico-raciais e questões e temáticas afrodescendentes nos cursos.

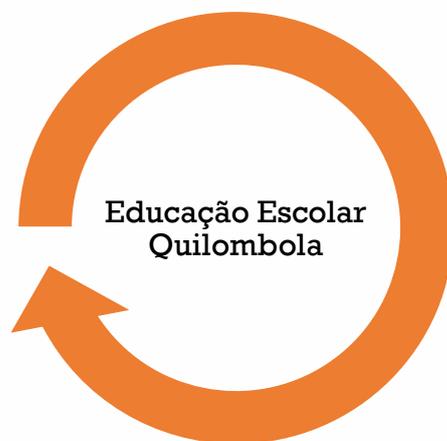


Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras passam a ter a responsabilidade em incentivar e criar condições materiais e financeiras, assim como prover às escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação.

Com o movimento de lutas e conquistas, tanto das populações quilombolas quanto do Movimento Negro Unificado no Brasil, em 2012, tem-se uma nova e importante conquista, a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. O documento estabelece a obrigatoriedade de que a educação em questão seja desenvolvida efetivamente em unidades educacionais inseridas nas suas próprias terras, baseada na história e cultura dos ancestrais, a partir de uma pedagogia própria e conforme as especificidades étnico-culturais de cada realidade contextual.

Pensar sobre uma Pedagogia de Quilombo a partir de eixos de atuação é pensar sobre metodologias que fomentem o refletir, construir, repensar e reorganizar todas as relações dinâmicas constituídas no âmbito escolar em consonância com o PPP e a comunidade histórica.

A Pedagogia de Quilombo compreende um conjunto de práticas que contribuam para o fortalecimento do movimento quilombola, valorização da história e da cultura negra, articulação das comunidades, mas principalmente para a construção da consciência histórica e para formação de identidades negras e quilombolas. E quais seriam esses eixos?



- Memória
- Oralidade
- Ancestralidade
- Comunidade
- Territorialidade
- Tecnologias
- Saúde



As DCNEEQ tal qual foram pensadas, orientam a educação nos territórios remanescentes de quilombo ou fora deles, mas que atendem alunos residentes em comunidades quilombolas. Assim, estabelecem um trajeto de reconhecimento em torno da educação para a população quilombola, em especial à população negra, que historicamente sofreu com o processo de escravização e marginalização social.

Para que isso de fato ocorra, é imprescindível que haja garantias e providências na formação dos professores, no acesso aos materiais específicos, à infraestrutura adequada das escolas, à relação de conhecimento e valorização da história, costumes, cultura, território, etc.; o acesso aos direitos fundamentais, além do direito à terra.

Frente às determinações legais e normativas de institucionalização da política étnico-racial, assim como da política educacional quilombola, o Conselho Estadual de Educação do Maranhão, após um longo processo de reflexões, diálogos e debates com as mais diversas instituições e sujeitos envolvidos (lideranças quilombolas, professores, dirigentes institucionais, técnicos e gestores escolares quilombolas, assim como intelectuais atuantes no movimento quilombola e com representação política) buscou no ano de 2020 definir Diretrizes Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola. Nesse sentido, deliberou pelo estabelecimento de indicativos, tanto no campo curricular como no que se refere às questões operacionais.

Em geral, as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, em especial as pensadas e estabelecidas ao Estado do Maranhão, pautam-se possibilitar a contribuição para que os inúmeros contextos quilombolas subsidiados no estado possam reconhecer as suas especificidades históricas, sociais, linguísticas, culturais, etc., fundamentando-se em processos de ensino e aprendizagem que pensem, planejem e incluam uma pedagogia própria.

O parecer nº 212/2020 do Conselho Estadual do Maranhão destaca que tal definição se justapõe também por considerar o expressivo número de alunos matriculados em escolas quilombolas no país (algo em torno de 258,6 mil, conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica - 2019). Em face disso, chama-se atenção para um aspecto importante, menos de um terço dessas unidades de ensino dispunha de materiais ou atendimentos específicos para essa demanda social.



Entre as mais diversas garantias instituídas pelas diretrizes estaduais, faz-se pertinente ressaltar a sistematização de um processo de formação permanente e contínuo em torno da pedagogia e das bases metodológicas próprias que considerem as práticas, as habilidades e as competências. Tudo isso, em prol de garantir o direito às aprendizagens e o respeito à história e a cultura afrodescendentes, numa colaboração constante entre Sistemas de Educação e Universidades.

Conforme as diretrizes destacam, a Educação Escolar Quilombola no Estado do Maranhão, na Educação Básica deve ser organizada a partir do ensino escolar, fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

a) da ancestralidade negra; b) da cosmovisão e religiosidade de matriz africana; c) da memória coletiva; d) das línguas de matriz africana; e) dos marcos civilizatórios africanos; f) das práticas culturais; g) das tecnologias e formas de produção do trabalho; h) dos acervos, interpretações e tradições orais; i) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o estado; j) dos bens culturais registrados ou patrimonializados; l) da territorialidade e identidade étnica. (CEE - MA, RESOLUÇÃO nº 189, 2020, p. 3-4).

Em relação ao que pressupõe e considera as diretrizes curriculares estaduais para a educação quilombola, notam-se outros enfoques importantes, que de certa maneira vão além das diretrizes curriculares nacionais para a educação quilombola. A Resolução nº 189/2020 - CEE/MA, inclui como parâmetro outros quatro aportes importantes: a ancestralidade negra, cosmovisão e religiosidade de matriz africana; as línguas de matriz africana; a territorialidade e identidade étnica. Pontos que viabilizam outros enfoques, reflexões e discussões que contribuem muito para uma nova maneira de refletir sobre direitos, quilombolas e comunidades rurais no estado do Maranhão.

Estruturada a partir de 51 artigos, a resolução em foco contempla definições, estrutura de organização e atendimento, responsabilidades, atribuições, objetivos, princípios, entre outras especificidades.



O documento tem por objetivo constituir uma base que sirva de suporte para orientar o Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e as mais diversas unidades escolares de Educação Básica, constituídas no seu território, na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos seus projetos educativos. Tudo isso em prol da garantia da Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, considerando e respeitando as suas especificidades.

Se constrói com o intuito também de assegurar que as instituições de ensino, as situadas em contexto quilombola, assim como as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas, respeitem as práticas sociais, culturais, políticas e econômicas desses territórios, assim como os seus processos próprios de ensino aprendizagem, as suas formas de produção e de conhecimento construído em meio às tecnologias.

Apresenta o Projeto Político Pedagógico com base para direcionar e assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas considere e garanta o direito fundamental à igualdade, liberdade e às identidades étnico-raciais, o direito de consulta e a participação da comunidade e as suas lideranças.

Traz o currículo como base que deve se construir pelo alinhamento entre os conteúdos das diferentes áreas disciplinares e de conhecimento, com as experiências, os princípios da educação etnocrítica e temáticas justapostas na realidade cotidiana das comunidades quilombolas. Em face do exposto, garantir aos sujeitos em formação: conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil e no Maranhão, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas; e a partir disso, potencializar reflexões e discussões sobre identidade, cultura e linguagem, como eixos norteadores do currículo.

O currículo da Educação Escolar Quilombola, tal como as diretrizes o apresentam, pode ser pensado e sistematicamente organizado, considerando: eixos temáticos, projetos de pesquisa, temas geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas sejam trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.



Fazendo referência especificamente a organização da Educação Escolar Quilombola, nas diferentes etapas da Educação Básica, ela pode caracterizar e assumir diversificadas maneiras e formas, consoante o art. 23 da LDB: séries anuais; períodos semestrais; ciclos; alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos; grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios; outras formas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. E nesse sentido, há flexibilidade para organização do calendário escolar por considerar as particulares locais de cada comunidade, sem prejudicar o número regulamentar de horas e dias letivos exigidos, e incluir as datas relevantes à comunidade quilombola e aos negros.

As diretrizes ainda dão ênfase às potencialidades e papel da gestão escolar, uma vez que esta deve seguir os princípios da gestão democrática se utilizando do diálogo, da parceria e da consulta constante junto às comunidades quilombolas. Nessa perspectiva, a gestão escolar quilombola tem a responsabilidade de mediar relações e estabelecer planos de atuação e materialização. Estabelece ainda que a gestão escolar em contexto quilombola deve ser exercida preferencialmente por quilombolas.

Destaca a importância da profissionalização e formação dos professores, tanto a nível inicial quanto continuada, enfatizando que a admissão dos profissionais para atendimento nesses contextos, assim como as regulamentações nacionais pressupõe, deve ser por concurso público, no entanto, é preferencial que estes cargos e funções sejam assumidos por quilombolas também, sujeitos que pertençam à comunidade.

O Sistema Estadual de Ensino do Estado do Maranhão, em articulação com as instituições de Educação Superior, pressupõe a garantia da criação e implementação de programas de formação inicial de professoras(es) em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, consoante a necessidade das comunidades quilombolas.



Como exemplo claro disso, a Universidade Estadual do Maranhão criou pela Resolução n.º 1.471/2021-CEPE/UEMA o Programa de Formação Docente para atender a Diversidade Étnica do Maranhão (PROETNOS). O programa em questão pautado na institucionalização da política étnico-racial se apresenta como base de formação e qualificação de professores com o intuito de assumir os processos de escolarização em territórios dos povos e comunidades tradicionais no contexto do Estado do Maranhão.

Ante o exposto, o programa garante o oferecimento de cursos de Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena e Licenciatura em Educação Quilombola. Nesse sentido, garante-se a autonomia desses territórios, assim como o atendimento às diretrizes curriculares nacionais, uma vez que os docentes em formação serão exclusivamente oriundos das comunidades e povos tradicionais. Dito isso, é importante destacar que os cursos de graduação ocorrem sistematicamente na modalidade parcelada ou de alternância, com aulas nos finais de semana, no contexto dos *campi* em que oferecem os cursos.

Apresenta-se a partir disso a necessidade das ações colaborativas entre sistemas de governo, instituições de ensino e universidades, a fim de implementar uma política de formação inicial e continuada que de fato institucionalize as diretrizes e capacite os mais diversos profissionais ao atendimento efetivo nos contextos e territórios quilombolas.

Tudo isso, agenciando ações e práticas que enfoquem na história dos quilombos, assim como nas lutas quilombolas constituídas no decorrer da história, o papel dos quilombos nos processos de libertação e contexto atual na sociedade brasileira, as ações afirmativas, a articulação entre conhecimentos tradicionais (produzidos pelas comunidades quilombolas tradicionais) e científicos, as mais diversas maneiras e estratégias para superação do racismo, dos preconceitos raciais e da discriminação.

Retomando à perspectiva de garantia justapostas pelas diretrizes estaduais para o ensino quilombola, é pontual pôr em foco que, na ótica de assistência estudantil, as diretrizes curriculares para o ensino quilombola no Estado do Maranhão pressupõe ainda, construção de escolas nos territórios quilombolas, adequação da estrutura física das instituições de ensino, garantia da acessibilidade, inserção da realidade quilombola em todo o material didático e

de apoio pedagógico, oferecimento de transporte escolar e garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais.

Considerando as garantias destacadas, as diretrizes apontam nortear instituições situadas em contextos quilombolas ou àquelas que atendam alunos desses contextos, estabelece a garantia de meios fundamentais para dispor e se utilizar de materiais pedagógicos específicos e diversificados (das mais diferentes áreas disciplinares e de conhecimento) que corroborem para a inserção da cultura e da história do povo quilombola nas relações de ensino e aprendizagem.

Essa conjuntura de bases legais representam muito para a população quilombola e negra no Brasil, uma vez que elas surgem como medidas pensadas para diminuir os abismos construídos ao longo da história, assim como representam e confirmam a negligência em torno dessa parcela social. História essa, que por essas bases legais questiona a educação escolar unilateral que sempre negou a ausência dessa pauta em seu currículo.



Saiba Mais!

Links:

- 🚩 Declaração Universal dos Direitos Humanos

Disponível em:

<http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948.pdf/view>

- 🚩 Constituição Federal de 1988

Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20127_128.pdf

- 🚩 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>

- 🚩 Lei nº 10.639/2003

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

- 🚩 Lei nº 11.645/2008

Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/imagens/pdf/lei_11645_100308.pdf

- 🚩 Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica

Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf

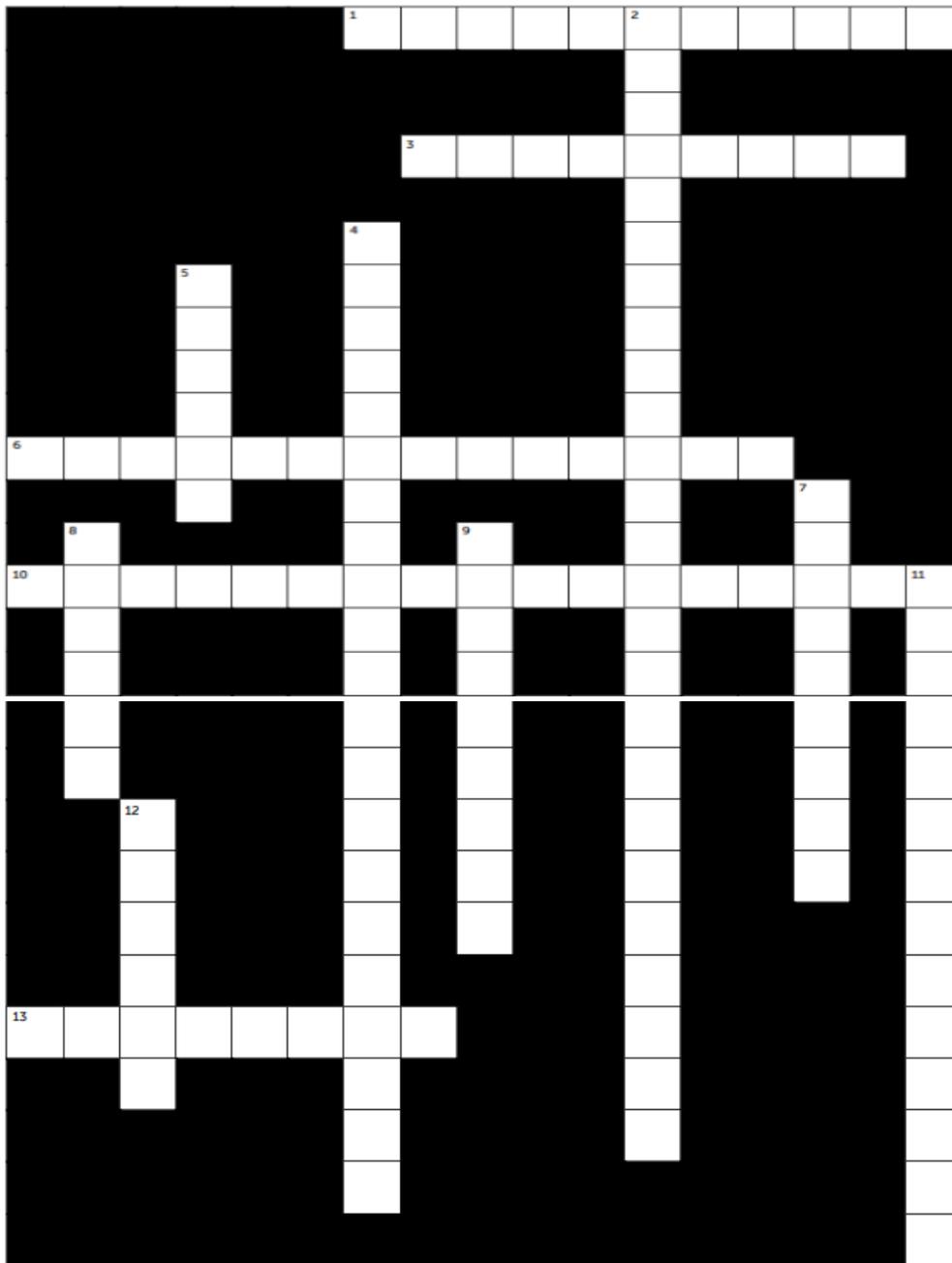
- 🚩 Resolução nº 189/2020 – CEE/MA - Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão,

Disponível em:

<https://cpisp.org.br/resolucao-no-189-2020-cee-ma/>



VAMOS EXERCITAR!



HORIZONTAL

1. Sujeitos que historicamente resistem ao seu apagamento e invisibilização social.
3. Base que organiza o saber escolar (conteúdos e tema a serem trabalhados).
6. Realidade construída em diversos contextos mundiais onde escravizou-se.
10. Teoria que nega a existência do racismo ou conflitos étnicos no Brasil.
13. Imagem dos negros apresentada na maioria dos livros de História.

VERTICAL

2. Movimento social que foi determinante às conquistas dos negros na educação.
4. Como é definida a Pedagogia Própria estabelecida pela Educação escolar Quilombola?
5. País fortemente marcado por desigualdades, preconceitos e racismo estrutural.
7. Lugar de refúgio e resistência identitária à escravização no Brasil.
8. Grupo étnico que foi escravizado, mas que resistiu e lutou por sua liberdade.
9. Principal luta dos negros subjugados e excluídos da sociedade brasileira.
11. Ferramenta didática que apresentou por muito tempo os negros estereotipados.
12. Continente que representa as origens dos negros escravizados no Brasil

RESPOSTAS:

1. NEGROS
2. QUILOMBOS
3. DEMOCRACIA RACIAL
4. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
5. LIVRO DIDÁTICO
6. AQUIMBOLAMENTO
7. ÁFRICA
8. QUILOMBOLAS
9. CIDADANIA
10. ESCRAVOS
11. CURRÍCULO
12. BRASIL
13. PEDAGOGIA DE QUILOMBO



2.2.1

A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em territórios quilombolas.

A lei n.º 10.639/2003 representa sem sombras de dúvidas, uma conquista fundamental para superar o problema histórico em torno da educação escolar étnico-racial. Dito isso, ela estabelece e garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como um meio de superar os estigmas de um ensino que oculta o negro da história, e quando o evidencia é estereotipado, condicionado ao olhar marginalizante da classe social dominante.

Quando nos voltamos a refletir sobre o ensino do componente curricular História, notamos que ao longo de muitas décadas, e porque não dizer ao longo de grande e significativa parte da história da educação do país, este foi constituído e voltado a apresentar a história dos negros a partir de narrativas que os inferiorizaram, desumanizaram e principalmente os colocaram a condição de servidão.

O olhar do homem branco é quem sistematicamente apresenta os negros ou quilombolas na história, são eles que construíram as narrativas históricas que tendem a mostrar esses sujeitos como sem crenças, cultura, educação, valores e sem história. E tudo isso, é levado para o ambiente escolar e potencializado, a fim de manter as relações de desvalorização e submissão.

No decorrer da história da educação do país, muitos professores desse componente curricular, se negam a questionar a própria história, os materiais didáticos e paradidáticos, etc., e agem passivamente a um currículo engessado, mostrando essas narrativas e discursos marginalizantes, que dão ênfase a história dos negros no mar e nos portos, negando a realidade de que estes foram arrancados de suas casas e famílias, que vieram de um continente cheio de riquezas, culturas e histórias, como é o continente africano.

Os livros didáticos de modo geral, mas especificamente grande parte dos livros de História, têm temporalmente negado essas inserções, abordagens e representações, o que de certa maneira compromete a aplicabilidade do que determina a lei. Logo, vêm-se omitindo a história e a cultura afro-brasileira e africana, ou ainda apresentado um discurso hegemônico que tem servido para naturalizar o racismo, os preconceitos e subjugamentos desses povos.



Após a promulgação, a lei n.º 10.639/2003 se legitima como base para que se produzissem inúmeras obras didáticas e paradidáticas que muito pudessem contribuir mostrando os negros por outros olhares, inclusive o olhar do próprio negro. Assim, as múltiplas linguagens textuais se configuram como base para materializar e difundir essa história afro-brasileira e africana que precisa ser contada, apresentada e conhecida por todos.

Trabalhar o ensino de História, em especial o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, considerando essa diversidade textual que se apresenta atualmente é extremamente viável e necessária, uma vez que esses recursos favorecem muito as reflexões e discussões em torno das relações sociais e étnico-raciais, assim como servirão de apoio para que se construa a consciência história e as identidades quilombolas.

2.3 PNLD e critérios para escolhas dos livros didáticos

Como bem sabemos, a escolha do material didático é muito importante, assim como é favorável para um bom desempenho em sala de aula. São várias as orientações para que estes estejam adequados às novas demandas socioeducacionais. Considerando a pluralidade tão expressiva e presente no ensino público brasileiro, nada melhor do que o próprio corpo docente e outros sujeitos que fazem a educação, para avaliarem quais livros atendem melhor aos seus alunos em meio às realidades contextuais. Em vista disso, como fazer parte do processo de escolha? Pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)!

Mas, o que é o PNLD?

O PNLD é um programa do Ministério da Educação (MEC), junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo papel se dá no processo de compra e distribuição de livros e materiais didáticos às escolas públicas de todo o país.

Qual é a importância do PNLD para as relações de ensino?

O PNLD visa dispor gratuitamente material didático adequado e eficiente para cada nível, realidade educacional e todos os estudantes da rede pública, assim o processo de escolha é meticolosa desde o momento da inscrição das editoras.



Não podemos esquecer que as regulamentações e diretrizes educacionais nacionais, inclusive às Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola, orientam e garantem que os livros e materiais didáticos estejam adequados aos novos paradigmas. Para tanto, é crucial que professores e membros das escolas conheçam seu público escolar e suas necessidades particularizantes, conheçam as propostas didáticas, façam sistemática e minuciosamente as avaliações, tendo o GUIA do PNLD como um parâmetro que apresenta as resenhas das obras e coleções. Dito isso, é necessário que tenhamos e sigamos critérios para a escolha desses suportes materiais.

E quais seriam os critérios para análise e escolha dos livros didáticos então?

- Avaliação da metodologia de ensino;
- Autor(es) da obra;
- Conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade de ensino;
- Atualização constante do conteúdo aplicado;
- Livro do professor completo e facilitado;
- Diagramação e facilidade na leitura e compreensão por meio de professores e alunos;
- Proposição de atividades complementares e exercícios;
- Incorporação de linguagens diversificadas atrativas;
- Indicação de conteúdos complementares ao proposto no livro;
- Relação mais contextual à realidade social dos estudantes.

3

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA COMO BASE DE CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTITÁRIA

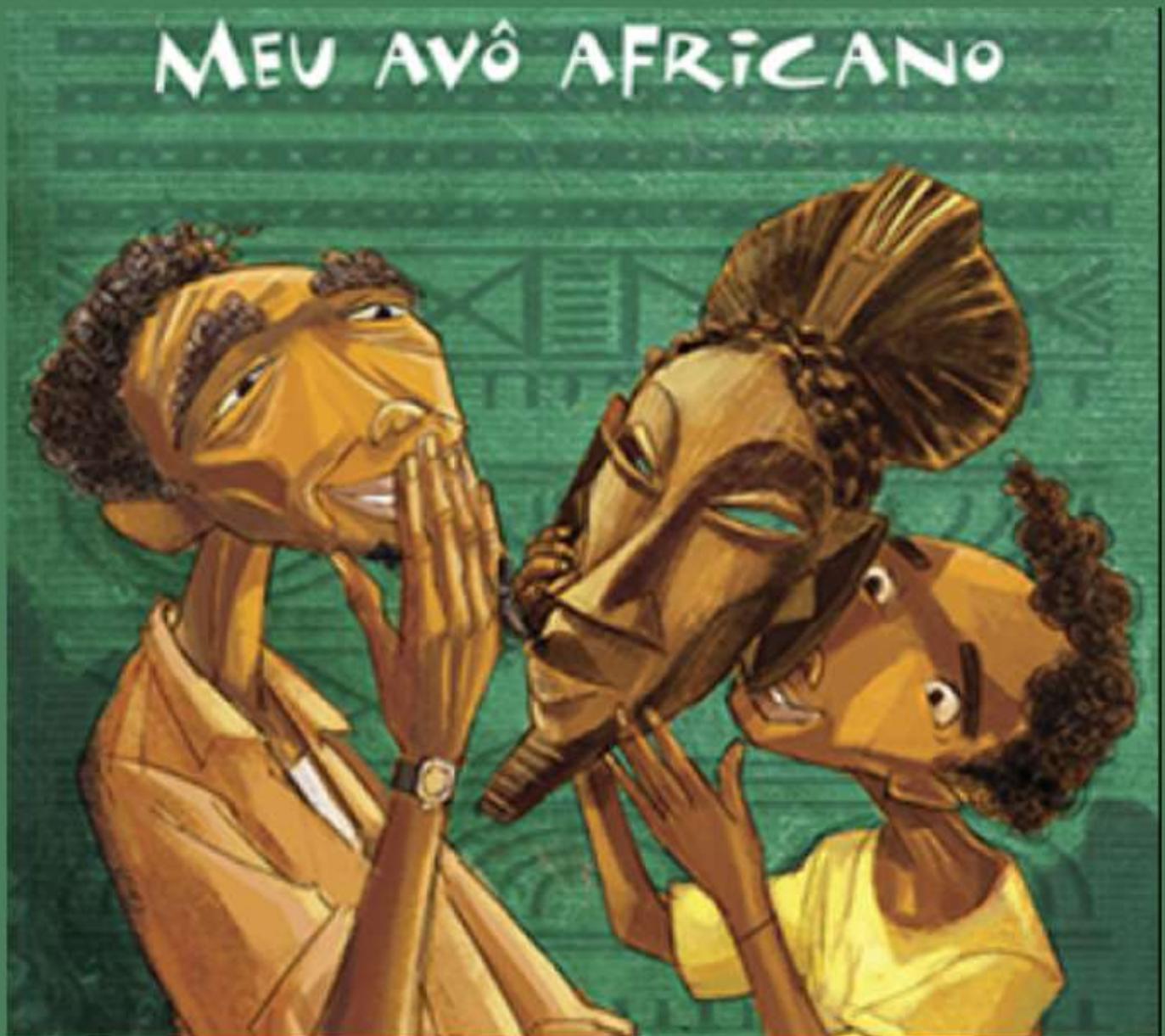


Imagem extraída da capa do livro
Meu Avô Africano, de autoria de Carmen Célia Campos
Fonte: Internet, 2023.



A Literatura tem constituído ao longo da história um papel muito importante para as relações em sociedade à medida que, enquanto arte construída pela palavra, auxilia os inúmeros sujeitos históricos a estabelecer comunicação, compreenderem suas histórias e realidades e, principalmente, a perceber como suas relações se constroem e se sustentam em meio a diversidade social alicerçada pela escrita e pela oralidade (ANDRADE, 2010).

Compreendendo a grandeza em que se constitui e estabelece essa tão importante e necessária área, faz-se salutar destacar que diversas são as funções ou possibilidades instituídas a partir dela. Nesse sentido, a experiência ou contato com ela pela leitura favorece sujeitos em formação, principalmente na infância, a se divertirem, se distraírem, fantasiarem e se informarem, além de ampliar seus modos de ver e suas percepções. A literatura auxilia numa maior compreensão da realidade e das experiências, melhorando expressivamente o processo de comunicação com outros indivíduos.

De maneira particular e muito eficiente, a literatura ainda contribui pela conjuntura de discursos e conteúdos estabelecidos e apresentados aos leitores, para reflexões e conscientizações que favorecem a (re)construção das identidades individuais e coletivas, haja vista que se alinha constantemente às ideologias e propósitos que possibilitam a formação dos sujeitos.

Dito isso, a Literatura legitima-se como base de representação da realidade e transformação da personalidade dos indivíduos (PESAVENTO, 2003). A obra literária direcionada à infância é importante por ser estrutura que apresenta discursos e ideologias por meio dos textos e ludicidades, pelos quais os indivíduos constroem percepções, desencadeiam experiências e internalizam comportamentos em meio às relações com seus pares.

O contato com as obras literárias favorece à criança se relacionar com o universo da imaginação, personagens e narrativas construídas intencionalmente, com as quais irá se identificar e situações com as quais poderá contribuir ou não para subjetividade.



Refletir acerca das obras literárias infantis no âmbito do século XXI nos permite perceber que inúmeras e crescentes são estas obras produzidas e direcionadas a esse público tão importante. Contudo, o que temos notado é que muitas delas, infelizmente, não adentram os espaços escolares, principalmente as salas de aula, por conta de inúmeras questões e fatores.

Como marca dessa marginalização, muitas escolas têm impedido ou dificultado o acesso/contacto de crianças às essas obras, ou ainda não dado a devida importância para a literatura infantil. Nesse sentido de segregação e marginalização das obras, é pertinente destacar a literatura afro-brasileira como uma base importante para a formação social e identitária da criança, mas é deixada de lado, tendo em vista que a resistência do preconceito e racismo ainda reverberam nas relações cotidianas e educacionais.

O desafio se edifica na construção de ações pedagógicas que enfoquem e reconheçam a diversidade e a pluralidade, contribuindo para a construção da identidade coletiva e individual dos sujeitos e seus pares. Nesse sentido, a literatura se alinha e caracteriza como elemento mobilizador para superação do racismo estrutural estabelecido.

A Literatura, assim, auxilia as experiências reflexivas que podem contribuir para construção da consciência dos indivíduos, de suas comunidades, grupos étnicos, classes sociais e, principalmente, de suas histórias e culturas.

Tanto na literatura como na história, a narrativa é arte: arte de contar, de pensar, de troca entre sujeitos, de compartilhar experiências, situações que conheceram e/ou viveram. As narrativas históricas são tratadas sob o viés social, cultural, político. A intenção é clara: demonstrar, a partir de determinados critérios e procedimentos, que o conhecimento histórico é construído por pessoas imersas no seu tempo, capazes de construir problemas, hipóteses e, assim, de contribuir para o estabelecimento de relações entre outros sujeitos, outros acontecimentos e outras temporalidades. O alvo: a formação da consciência histórica. (ZAMBONI & FONSECA, 2010, p. 3).

Convictos do papel da escola em superar as marcas do racismo e preconceito, assim como das potencialidades da Literatura, temos uma proposta para incorporar aspectos da cultura e identidade negra nas relações de ensino para garantir na infância sensação de representação, valorização e pertencimento.



Promover a discussão acerca da necessidade e importância da cultura e identidade negra na escola, a partir da literatura, é fundamental para constituir o resgate à autoestima, assim como para a criação de novas perspectivas na maneira do cidadão (enquanto criança) enxergar-se como igual aos outros, tendo seu espaço de representação e fala.

Partindo desse pressuposto, uma das mais desafiadoras questões atuais é subsidiar meios pedagógicos que auxiliem o despertar nas crianças negras ou que residam em comunidades quilombolas à construção de uma identidade racial positiva, isso tudo muito ainda ligado à perspectiva da sociedade no geral vivenciar o racismo estrutural que estabelece comportamentos, discursos hegemônicos, narrativas opressoras e marginalizadoras.

O desafio então se sustenta em levar tais obras para os espaços escolares e, a partir das problematizações, auxiliar a construção da consciência histórico-identitária de cada sujeito negro. O professor deve mediar ações pedagógicas que de fato auxiliem essa construção histórica-racial positiva por parte das crianças negras a partir do conhecimento de suas histórias, de suas ancestralidades, de suas marcas culturais.

A partir disso, os indivíduos terão as condições necessárias para enfrentamento imprescindível dos preconceitos, por meio de sua aceitação como sujeitos sociais, frutos de uma diversidade histórica. Assim, retoma-se a ideia da literatura como mola para potencializar e contemplar essa demanda, tendo em vista que ela, a partir da ludicidade, das leituras, das representações e das interações, permite às crianças em desenvolvimento e formação identitária ampliar significativamente suas capacidades de entendimento da organização social das diferentes sociedades, da construção histórica do mundo e dos seus direitos. (BAKHTIN, 1997).



3.1

Indicações de Textos e Possibilidades Pedagógicas

Pensar as relações, práticas de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana ou ainda práticas que estejam alinhadas à realidade quilombola configura-se um grande desafio. Em vista disso, apresentamos a você, neste bloco, quatro contos literários a partir da obra *Meu Avô Africano* de autoria da Carmen Célia Campos, os quais abrem diálogos e vinculam possibilidades pedagógicas bastante favoráveis para trabalhar esses aspectos em torno da história e cultura afro-brasileira.

Consoante ao exposto, fazemos indicações de conteúdos e temas, atividades pedagógicas que podem ser trabalhados nessa relação multidisciplinar entre História e Língua Portuguesa, assim como indicamos objetivos, aprendizagens e conhecimentos construídos a partir dessas experiências.



Carmen Lúcia Campos
Autora do Livro *Meu Avô Africano*
Fonte: Internet, 2023.

CONHECENDO A AUTORA DA OBRA MEU AVÔ AFRICANO

Carmem Lúcia Campos nasceu na capital paulista, onde vive até hoje. Leitora voraz desde criança, formou-se em Letras e ingressou no mercado editorial.

Foram anos atuando como editora de livros infantojuvenis e, posteriormente, prestando consultoria e ministrando cursos e palestras.

Hoje já são mais de 30 títulos publicados, entre infantis, juvenis e participações em antologias.

Continua lendo, escrevendo e agora também dá aulas para crianças, buscando despertar nelas a paixão pela leitura.

Fascinada pelas relações humanas e seus meandros surpreendentes, é observadora atenta do mundo e seus ricos personagens. É essa vivência cotidiana que transporta para seus textos.



3.1.1 Os Contos

CONTO 01 - Eu e Minha Família

Não é Vitória. É Vitor Iori!!!

Quando eu era pequeno, vivia repetindo isso. É que as pessoas sempre erravam o meu nome. Agora, que eu já tenho nove anos, nem ligo mais. Às vezes, falo que me chamo só de Vitor e pronto.

Será que o vô Zinho não tinha um nome melhor para me dar, não? Como a minha mãe deixou o pai dela fazer uma coisa dessas?

Um dia resolvi conversar com meu avô sobre isso. Ele então me explicou:

- Quando você nasceu, fiquei muito feliz. Você foi o primeiro neto da família e sua mãe me deu a honra de escolher seu nome. Mas não foi fácil: eu queria uma palavra que lembrasse a terra de seus antepassados... Finalmente encontrei Iori, de origem africana...

Nem deixei ele terminar:

- Mas os avós da vó Helena também eram meus antepassados, não eram? - eu perguntei.—Eles nasceram na Itália, ela me contou. Então, o meu nome podia ser italiano em vez de africano. Ia ser mais legal.

O vô Zinho deu uma risada daquelas bem altas. Depois, fez carinho na minha cabeça e me disse:

- Escute aqui, Vitor Iori: muitas pessoas têm nome italiano, inglês, francês... Mas nome africano só as pessoas especiais, como você. Aposto que não tem nenhum outro Iori na sua escola. Você é o único.

Gostei daquilo que meu avô falou. Até me senti importante.

Adoro conversar com meu avô e anda bem que agora posso ficar mais tempo com ele. É que eu, os meus pais e a Lua, a minha irmã, mudamos para casa do vô Zinho e da vó Helena. É muito bom! Os dois vivem inventando novidades para “os netos mais mimados do mundo”, como diz a minha mãe.

Sabe, as vezes penso: “Tomara que o prédio onde vamos morar demore MUITO pra ficar pronto!”.

Nem meu pai, nem a minha mãe sabia disso, viu? Eles andam meio estressados depois que venderam nosso apartamento pra comprar outro maior. Guardamos os moveis em um depósito e viemos ficar aqui, “amontoados”, como eles falam, na casa do vô e da vó.



- Não vejo a hora de mudar, não incomodar mais vocês - a minha mãe ia dizendo isso, outro dia, quando a vó Helena corrigiu:

Não incomoda, não, Júlia. A casa ficou mais alegre com as crianças.

- É filha. Não quero nem imaginar quando os netos forem embora... Vai ser uma tristeza só - completou o vô Zinho.

Eu e a Lua escutamos aquela conversa e a minha irmão foi logo sugerindo:

- Mãe, então.... Por que a gente não fica aqui pra sempre?

- É, ia ser muito legal - eu apoiei.

Os adultos riram e, pelo jeito, acharam que a gente estava brincando!

O meu pai é professor e dá um monte de aulas e a minha mãe nunca tem hora pra sair do banco... Então, o vô e a vó sempre cuidaram de mim e da Lua.

Quando eu era pequeno, o vô Zinho fazia uns brinquedos pra mim que ninguém tinha igual: carrinhos de garrafas de refri, caminhão de madeira, perna-de-pau bem alta! Foi ele quem me ensinou a empinar pipa, fazer embaixadinhas com a bola e até a dar uns passos de capoeira.

A Lua fala que o vô às vezes parece que é meu pai.

- Ele te protege e sempre acha que você tem razão - reclama minha irmã.

Eu nem ligo. E ela que vive grudada na vó Helena?! Até na hora que a vó está fazendo bijuterias ou trabalhando com o tear. Aposto que a Lua só atrapalha e dá palpite errado!

Quando o vô e a vó fizeram aniversário de casamento, teve uma feijoada aqui e alguns parentes do interior ficaram uns dias com a gente. Na hora de dormir era engraçado: colchonetes espalhados pela casa inteira. Os adultos ficavam nos quartos e nós, na sala.

- Credo, isso aqui parece uma senzala - comentou o vô Zinho, uma manhã depois de acordar a criançada.

- Sem o quê, vô? - a Lua quis saber.

- Sem nada, Lua Cheia, você não entendeu? - eu provoquei a minha irmã que tem a cara redonda e odeia o apelido que inventei pra ela.

- Manhê, olha o Vitor me xingando de novo! - ela berrou.



Os adultos vieram ver o que estava acontecendo. A Lua contou do jeito dela e eu levei uma bronca da minha mãe. Quando as coisas se acalmaram, a tia Jô aproveitou pra explicar:

- Meninada, senzala era o lugar onde os escravos viviam antigamente. Era um local muito apertado, sujo, sem janelas...

- Nossa, coitados mas aqui é diferente... — eu observei.

- Isso mesmo: minha casa é aconchegante e bem limpinha - a vó Helena confirmou. - E agora, crianças tratem de levantar pra tomar café e comer um bolo delicioso que a tia Jô trouxe!

A tia Jô era irmã gêmea do vô Zinho. Outro dia estava com ela e, sem querer, falei vó Jô. Sabe o que ela me disse?

- Menino, eu sou muito moça para ser chamada de vó. Por isso, sou TIA Jô, entendeu?

Eu não acho a tia Jô muito moça não, mas como a minha mãe sempre diz que é feio falar a idade com as mulheres, fiquei quieto.

A tia Jô mora perto do vô Zinho. Ela é viúva e o filho dela mudou com a família pra outra cidade. Ele vive reclamando de saudades dos netos. Aí, nessa hora, o vô Zinho comenta:

- Ué, Joseni! Nunca vi ter netos sem ser avó...

- Eu sou avó, mas não precisa ficar me lembrando disso, José - ela protesta. O que importa não é a idade, mas o espírito jovem... E não me chame de Joseni, que eu não gosto!

- Está bem Joseni. Já entendi...

E os dois acabam sempre discutindo, de brincadeira.

A vó Helena diz que o vô Zinho e a tia Jô são que nem eu e a Lua: vivem brigando, mas não se largam.



CONTO 02 - HISTÓRIAS SEM FIM

O vô Zinho tem uma van bem grande, daquelas que levam as crianças pra escola. E trazem de volta também! Sempre vou com ele para o colégio de manhã. Sou o primeiro a entrar na perua e posso escolher o melhor lugar. Cada dia sento em um!

Os meus amigos da van adoram o vô Zinho e o chamam de vô, mas eu não ligo, porque EU sou o único neto de verdade dele.

Ainda bem que a Lua estuda à tarde e não vai com a gente! Ela ia ficar enchendo o vô toda hora, tenho certeza.

É muito legal ir pra escola com o vô Zinho. Enquanto dirige, ele conta piada, canta, troca o nome de todo mundo e também mostra uma árvore florida ou um motorista que está fazendo alguma coisa errada no trânsito.

Depois que se aposentou, a tia Jô começou a trabalhar com o vô Zinho. Ela era bibliotecária e aposto que ninguém leu mais livros do que ela! Sabe mais de mil histórias. Tem umas tão tristes que até dão vontade de chorar e outras tão engraçadas que a agente não para de rir.

A turma adora ouvir as histórias da tia Jô, mas às vezes ela está no pedaço mais emocionante e é hora de alguém descer. E quem pega a história no meio, então? Fica sem entender um monte de coisas... Acho que a tia Jô faz isso de proposito só pra gente ler livro que ela indica.

Adorei quando ela me contou a lenda do baobá, que vivia reclamando de seus galhos e das suas folhas. Isso acabou irritando o Criador, que virou a árvore de cabeça pra baixo. Aí ela ficou como é hoje: seus galhos parecem raízes e suas flores nascem em direção ao chão.

E, mostrando a foto de um livro, a tia Jô completou:

- O baobá é uma árvore imensa que vive até 6 mil anos e pode ficar mais alta do que um prédio de dez andares! Ela é sagrada no Senegal e em outros países africanos.

Quando ouvi aquilo, fiquei curioso:

“Será que tem muitos países na África?”

Precisava perguntar pra tia Jô.



Só que, à noite, no jantar, meu pai avisou que no domingo ia ter festa na casa da mãe dele e que todos estavam convidados. A vó Inês mora na praia e eu adoro ir lá. Fiquei tão animado com a notícia que até me esqueci da África.

A semana demorou muito a passar, mas finalmente chegou o domingo. Bem cedinho, estava todo mundo na van do vô Zinho: eu, a Lua, os meus pais, os meus avós, a tia Jô... O dia estava bonito e a estrada cheia de carros.

- Ainda bem que a Imigrantes está andando - a minha mãe comentou.

A Lua, que nunca presta atenção direito na conversa, perguntou:

- Quem é intrigante?

A gente riu e ela ficou brava.

- Não é intrigante, é I-mi-gran-tes, sua Lua Minguante ignorante—eu falei, brincando.

A minha irmão ficou mais brava ainda e quase virou briga de verdade. Pra nos acalmar, a tia Jô explicou:

- Querida, Imigrantes é o nome dessa estrada que liga São Paulo ao litoral. E você sabe por que ela tem esse nome? É uma homenagem aos imigrantes, pessoas de outros países que há muitos e muitos anos mudaram para o Brasil.

- Como italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, árabes... - o meu pai completou.

- Isso mesmo Renato. Gente de todas as partes do mundo que veio para cá em busca de melhores condições de vida. Aqui essas pessoas trabalharam, ajudaram o Brasil a progredir, se misturaram a outros povos, formaram famílias... - a tia Jô continuou.

- É difícil encontrar algum brasileiro que não seja descendente de um imigrante -comentou minha mãe.

- Ou de africanos – observou o vô Zinho.

- E os africanos não eram imigrantes?! - estranhei.

Não, Vitor. Os europeus e asiáticos escolhiam vir para o Brasil e eram pagos pelo seu trabalho. Já os africanos eram comprados em sua terra como mercadoria. Viajavam em navios superlotados, sujos e recebiam pouca comida e água. Muitos morriam durante a viagem e os que chegavam estavam bem fracos e doentes e viravam escravos, sem qualquer direito - a tia Jô foi logo explicando.



- Menino, o que nossos antepassados sofreram não dá nem pra imaginar: trabalhavam muito, comiam pouco e ainda eram castigados com crueldade. Apanhavam de chicote, eram acorrentados, tinham dentes arrancados - a voz do vô Zinho era bem triste.

- Nem as crianças africanas escapavam dessa vida dura. Algumas até brincavam com os filhos dos senhores, mas sempre levavam a pior: beliscões, tapas, ofensas e humilhações - lamentou a vó Helena.

- Coitadas - a minha irmã falou de um jeito que achei que ia chorar. Mas, logo balançou os ombros e completou, aliviada: - Ainda bem que não sou escrava. O Vitor é que merecia ser escravo, só assim ele ia parar de me amolar.

- Não fale isso, Luanda - ordenou minha mãe. - Nenhuma pessoa merece ser maltratada e explorada por outra.

- É por isso que muitos escravos se revoltavam e fugiam... - comentou o vô Zinho.

- Eles iam para o meio do mato e lá formavam comunidades, os quilombos, onde voltavam a ter liberdade e podiam seguir novamente sua religião, seus costumes, que os senhores, os seus "donos", proibiam.

Aquela conversa sobre africanos continuou durante toda a viagem e quando percebi a gente já estava chegando. Eu fiquei meio preocupado e comecei a pensar: "A tia Jô falou que a escravidão acabou faz muito tempo, mas será que ela e o vô Zinho foram escravos? Será que a família deles fugiu para algum quilombo?"



CONTO 03 - MAIS VELHO DO QUE MEU AVÓ

Como sempre, a casa da vó Inês estava cheia. Eu nem sabia direito quem era nosso parente de verdade. A vó Inês é baiana e cozinha muito bem. Para seu aniversário, ela caprichou mais ainda: fez um prato chamado bobó de camarão, que eu gostei muito. Tinha outro de nome engraçado: moqueca, que a Lua chamava moleca.

E os doces, então! Uma delícia. Vendo a minha gulodice, a tia Jô comentou:

- Sabia que esse doce aí se chama quindim, palavra de origem africana que quer dizer “dengo... encanto”?

- Então, é melhor a Lua não comer senão ela vai ficar mais metida ainda - avisei.

Depois do almoço, os adultos pegaram uns instrumentos e fizeram uma roda de samba. Quem não tocava pandeiro ou tambor, batucava a mesa, no copo ou batia palmas. De repente, todo mundo estava cantando e dançando, principalmente o vô Zinho e a vó Helena. Eles pareciam aqueles casais de escola de samba!

As pessoas começaram a cantar uma música que falava de Luanda e a minha irmã, claro, disse que era pra ela. Quando ouviu aquilo, o vô Zinho sorriu e explicou:

- Só não é em sua homenagem. Minha princesa, porque o compositor não te conheceu. A Luanda da música é uma cidade, a capital de um país africano chamado Angola. Você já ouviu falar?

- Acho que sim - ela respondeu, depois de pensar um pouco. - No meu livro tem um desenho de uma galinha-d'angola, mas eu não sabia que era um animal estrangeiro, assim, imigrante...

A minha irmã tem cada uma!

Eu percebi que tinha escutado o nome de mais um país africano. Primeiro foi Senegal, quando a tia Jô contou sobre o baobá, agora era Angola. Lembrei que não sabia quantos países tinha na África. E precisava descobrir.



A festa na casa da vó Inês acabou com bolo cheio de velinhas e um “parabéns a você” bem diferente: as pessoas tocavam instrumentos, batiam palmas, igual na roda de samba, e cantavam uma música animada com a letra grande que não acabava mais. Começava assim:

Hoje é dia de aniversário,

Parabéns, parabéns...

Desejamos que vá ao centenário,

Os amigos que hoje aqui vêm...

E depois de cantar e cantar, o pessoal perguntou:

Casinha de bamboê,

Casinha de bambuá,

Uê, uê, uê, uê, uá...

A quem vamos saudar?

E todo mundo gritou bem alto o nome da vó Inês.

A tia Bete, irmã do meu pai, vendo minha animação, comentou:

- Gostou, não é, Vitor? Eu não aguento mais ouvir essa música. É sempre assim em todos os aniversários. E hoje foi rápido, não é, mãe?

- É, às vezes, o pessoal fica inventando mais e mais versos e a música, não acaba nunca. E as pobres crianças querendo comer o bolo - completou a vó Inês.

Ela disse que quando era pequena já cantava aquela música, e que aquilo foi passando dos mais velhos para os mais novos na família. Assim como aconteciam com as receitas, os remédios caseiros e as histórias da África que sua bisavó contava.

-Vó, sua bisavó era africana? - eu estava curioso.

- Ela dizia que era. Que tinha vindo do Congo, mas ela estava tão velhinha quando a conheci e já confundia as coisas que não sei se era verdade. Aliás, foi ela que ensinou minha avó, que ensinou minha mãe, que me ensinou a cozinhar, a usar temperos e ervas.

O aniversário era da vó Inês, mas que e a Lua também ganhamos presentes. Na hora de vir embora, a tia Bete, que trabalha em uma agência de turismo, deu um folheto com um mapa todo colorido da África pra gente. Depois explicou:

- Pra Luanda achar onde fica a cidade que tem o nome dela e Vitor localizar o Congo, terra dos primeiros antepassados.



A volta pra casa não foi muito animada porque todo mundo estava cansado e o transito quase não andava. Quando a Lua dormiu, encostada na minha mãe, aproveitei e fiquei com o mapa da África só pra mim. Tinha países ali que eu nem imaginava que existiam.

- Cinquenta e três?!

- Vendo o meu espanto, a tia Jô quis saber o que estava acontecendo.

- Aqui está escrito que tem cinquenta e três países na África - expliquei.

- É bastante, não é?

Balancei a cabeça, concordando e depois de uns minutos pensando, eu falei:- No mês que vem vai ter a Festa das Nações na minha escola e a gente terá de pesquisar sobre um país para apresentar.

- E, Vitor Iori, qual vai ser seu? - o vô Zinho quis saber.

- Eu queria que fosse a Itália, por causa da Ferrari, ou a Espanha, do meu time, o Barcelona - eu comecei a contar. - Também podia ser a Inglaterra, pra ficar no grupo do Marlon, que é o meu melhor amigo, mas a Kelly, uma menina chata, falou que com minha cor eu tinha que escolher a África.

- Mas a África não é um país, é um continente com muitos países - o vô Zinho corrigiu.

- E tem africano branco - o meu pai lembrou. - No Egito na África do Sul...

- Foi o que a professora explicou - eu disse.

- E que país você escolheu, afinal? - a vó Helena quis saber.

- Fiquei com a Nigéria mesmo. Lá, pelo menos, tem jogador de futebol bom.

- Vitor, já que você vai pesquisar sobre a Nigéria, pode aproveitar para conhecer um pouco da história e da cultura dos outros países africanos - sugeriu a tia Jô. Se quiser, eu te ajudo.

- E eu também - ofereceu-se o vô Zinho. - Assim você vai aprender sobre a terra dos nossos antepassados. E vai se surpreender, eu garanto!

- Ai, vô, essas coisas antigas são muito chatas.

- Ué, menino. Eu, a vó Helena e tia Jô somos todos antigos aqui. Está chamando a gente de chatos?

Aí eu tive que explicar que estava falando de coisas mais velhas do que meu avô. Ele fingiu que estava ofendido e foi engraçado.



CONTO 04 - EU TAMBÉM SOU AFRICANO

O vô Zinho e a tia Jô cumpriram a promessa e nos dias seguintes me ajudaram a pesquisar sobre a Nigéria e outros países da Africana.

Quanta coisa legal aprendi! Como a tia Jô dizia:

- A África não é só o lugar de miséria que mostram na televisão. Ou de pessoas com roupas coloridas que cantam e dançam com muito ritmo. Tem muito mais lá do que selvas e caçadas de leões e elefantes. Há uma cultura rica e muita história. Os primeiros homens que surgiram na Terra nasceram no continente africano.

Eu ouvia aquilo tudo e achava a África cada vez mais importante.

E nas conversas como o vô Zinho eu ia percebendo que África era mais do que a terra dos nossos antepassados, coisa antiga. Ela fazia parte da nossa vida de hoje e um monte de costumes, comidas, palavras tinham vindo de lá. Um dia, ele me disse:

- A gente come feijoada, moqueca e bobó, dança de samba, faz batucada, joga capoeira e nem lembra que tudo isso tem a ver com os escravos africanos.

Além disso, ele me contava muitas histórias da sua infância. Falava dos apelidos que recebia por causa da sua cor e da religião da sua família. A sua avó era do candomblé e na escola falavam que ele era macumbeiro.

- Como eu era muito bom em Matemática, com o tempo a turma começou a me respeitar e os apelidos sumiram - concluiu ele.

É, mas depois voltaram - a tia Jô corrigiu, fazendo cara de mistério. E acrescentou: - Você que já foi queniano e sofreu com isso, agora poderá ver o neto nigeriano fazer bonito na escola. O trabalho dele vai ficar ótimo, tenho certeza.

A tia Jô e o avô Zinho trocaram olhares e sorrisinhos e eu fiquei sem entender nada daquela história de queniano.

“Será que o vô Zinho nasceu no Quênia? Acho que ele foi mesmo escravo” - eu pensei, cada vez mais preocupado.

Chegou o dia da Festa das Nações e toda família foi visitar a exposição na minha escola.

- Aqui está a Nigéria—anunciou o vô Zinho lendo o cartaz na parede.

Quando me viu com a roupa típica que a professora de Artes ajudou a gente a fazer, a Lua comentou:



- Vitor, você está parecendo um “nigerânio” de verdade.
- É nigeriano, sua Lua Cheia - eu corrigi e a minha irmão, claro, não gostou.
- Gerânio, querida, é aquela planta de flor colorida e perfumada que tem lá em casa —explicou a vó Helena, alisando as trancinhas da Lua.

Na minha apresentação, falei da Nigéria e contei que era um lugar que tinha muito a ver com o Brasil. E não era só por causa do futebol, não. Muitos escravos vieram de lá e depois da Abolição alguns voltaram para a sua terra e leram costumes que tinham aprendido aqui. Até hoje alguns pessoas comem feijoada, arroz-doce e falam “bom dia” e “boa tarde” pra se cumprimentar na Nigéria!

Tudo isso eu descobri com a ajuda da tia Jô e do avô Zinho, claro! Eles sabiam muitas coisas da África. Um dia, quando eles estavam me falando sobre Abolição, perguntei:

- Vocês não foram escravos, foram?

A resposta foi mais uma risada daquelas gostosas do vô Zinho e um comentário da tia Jô, com cara de ofendida:

- Menino, a escravidão terminou em 1888! A gente é velho, mas nem tanto...

Sabe que, depois de fazer o trabalho para a escola, mudei de opinião sobre a África? Percebi que a terra dos meus antepassados é muito bonita e importante de verdade. Comecei a reparar que havia negros famosos não só no futebol. Eram cantores, músicos, atores, top models e até presidente dos Estados Unidos!

Mas ainda tinha uma história sobre a África que eu não entendia direito e aproveitei pra perguntar para o vô Zinho logo depois de receber os elogios da família pela apresentação.

- Vô, você é africano ou brasileiro? A tia Jô falou aquela vez que você era queniano. E agora eu sei que o Quênia é um país africano.

O vô Zinho fez uma cara engraçada, piscou o olho e me explicou:

- Desde criança, sempre gostei de correr e depois de adulto continuei treinando. Uma vez resolvi participar da famosa corrida de São Silvestre.

- Nossa, que legal, vô! Você ganhou medalha?

- Só de participação, como de todo mundo que correu. Aliás, eu quase nem cheguei ao final de tão cansado. Teve uma hora que eu estava bem lá atrás, me arrastando, e alguém gritou: “Vai, queniano!”. Na época, os atletas do Quênia já eram famosos porque venciam muitas competições importantes. A gozação pegou



e durante anos a minha torcida, quer dizer, a minha família, me chamava de queniano só pra me encher...

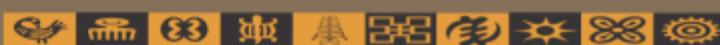
A gente riu muito e ele concluiu:

- Mas sabe que, no fundo, eu sou mesmo queniano, nigeriano, angolano... africano, enfim. Afinal, meus antepassados, que também eram seus, vieram da África e isso está no sangue, vai passando de pai para filho, e de avô para neto!

- Então, quer dizer que eu tenho um avô africano! E que também sou um pouco africano?

- Isso mesmo, senhor Vitor Iori! Aliás, vou lhe contar um segredo: sabia que Iori quer dizer "a força da luz"?

- Legal! Parece nome de super-herói. Só quero ver a cara dos meus amigos quando eu contar isso. E o mais importante: que o MEU avô é africano. Eles vão ficar morrendo de inveja!



3.1.1 Conteúdos e Temas a serem trabalhados

- A história da África.
- Povos e culturas do continente africano: vestimentas, tradições, culinária, organização social, músicas, religiosidade, etc.
- O tráfico humano transoceânico.
- As relações de escravização no período colonial.
- Laços de ancestralidades entre África e Brasil.
- Brasil: diversidade cultural e linguagem.
- Os mais diversos falares africanizados na sociedade brasileira.
- A literatura afro-brasileira e africana.
- As mitologias, as memórias e tradições orais africanas e afro-brasileiras como fonte de informações e compreensão da história e cultura africana e brasileira.
- Os contrastes da linguagem dos grupos sociais negros brasileiros.
- A utilização da linguagem como recurso de propagação e superação de discursos, ideologias, valores e preconceitos.
- A história dos Quilombos.
- A importância dos quilombos para a população negra e para a sociedade;
- Quilombo: oralidade, ancestralidade, território, comunidade, etc.
- A representação feminina nos quilombos.
- Quilombo e espaços históricos.
- A história do quilombo a partir dos contos orais.
- Quilombo e manifestações artísticas.
- Quilombo e festividades tradicionais.
- Quilombo e diversidade linguística.
- A cultura quilombola.
- Quilombo e as diferentes tecnologias.
- Quilombo e experiências medicinais.



3.1.2 Atividades Pedagógicas

- Leitura e apreciação de contos;
- Realização de oficinas formativas com as famílias para evocar contos, mitos, lendas, causos, cantigas, etc.;
- Recontação de contos pelo professor e estudantes;
- Rodas de histórias ancestrais na escola;
- Produção de Memorial com a história de origem da comunidade;
- Exposição de vídeo que apresenta os contos;
- Pesquisas biográficas sobre autores africanos e afro-brasileiros;
- Análise e interpretação individual e coletiva de contos;
- Debates a partir de contos;
- Apresentação de contos africanos e afro-brasileiros a partir de teatro de fantoches;
- Produção de álbum seriado com imagens de personagens dos contos;
- Produção de feiras literárias afro-brasileiras;
- Identificação de práticas linguísticas nos contos literários;
- Produção de glossários a partir dos contos;
- Pesquisa de palavras e dialetos afro-brasileiros e locais;
- Pesquisa biográfica sobre anciãos da comunidade quilombola;
- Produção da linha do tempo da história da comunidade;
- Elaboração de dicionário de expressões afro-brasileiras;
- Pesquisar as danças, os ritos e as atividades corporais da localidade;
- Realização de aulas de campo para estudar a biodiversidade local, tipos de solo e os locais de memória territorial;
- Realização de mostras culturais que busquem valorizar a identidade territorial, cultural e os lugares históricos e festivos da comunidade;
- Composição de textos (poemas, paródias, etc.) a partir de contos e/ou trechos;
- Realização de trilhas étnicas e de reconhecimento do território nos espaços de memória, em parceria com a comunidade;



- Pesquisas comunitárias sobre as tecnologias antigas de construção: a taipa, a produção de tijolos e telhas artesanais;
- Pesquisas sobre processamento da mandioca e o preparo da farinha e de outros produtos;
- Construção de biografias com as famílias fundadoras da comunidade narrando seus feitos e contribuições;
- Produção e exploração de trilhas étnicas com o auxílio da comunidade para observar e explorar lugares sagrados, fauna e flora, etc.;
- Exposição dos modos de armazenamento das sementes cultivadas pela comunidade, métodos antigos ou ainda usados para a conservação dos alimentos;
- Desenvolvimento de trabalho na escola para fortalecer os vínculos familiares utilizando imagens, cantigas de roda, atividades culturais, teatro, religiosidades;
- Trabalhar valores ancestrais, como respeito aos mais velhos e aos outros, cuidado com a natureza e com o corpo, coletividade e cooperação entre os grupos, circularidade e combate ao racismo, dentre outros;
- Composição de livros com as produções textuais dos estudantes;
- Realização de oficinas que orientem a produção de desenhos e símbolos da África, elementos presente nos contos;
- Localização do continente africano e seus países de maior destaque no Mapa Mandi;
- Pesquisa de contos, lendas e relatos de experiências africanas e afro-brasileiras;
- Produção de linha do tempo acerca da história dos negros no Brasil;
- Produção de feiras culturais sobre países africanos.
- Produção de feiras culinárias afro-brasileiras.
- Produção de álbuns seriados (anciãos da comunidade, representantes, residências, atividades econômicas, manifestações culturais, etc.).

3.1.3 Aprendizagens e Conhecimentos

- A consciência histórica da presença africana no cotidiano histórico e cultura brasileira, principalmente nos quilombos;
- O reconhecimento de África como berço da humanidade e das primeiras civilizações;
- A percepção de África pelos seus grandes reinos pré-coloniais, pela sua colonização, pela independência dos países e pelas relações atuais;
- A reconstrução positiva da identidade racial e a autoestima dos estudantes negros por meio de estratégias de identificação de valorização da origem étnica e histórica de suas famílias, das tradições, do lazer, da cultura, da religiosidade, etc.
- A promoção de informações que desconstruam e eliminem estereótipos construídos sobre a África, seu povo, sua história e sua cultura, ressignificando novos conceitos.
- O reconhecimento da língua portuguesa como estrutura social e histórica que emerge dos contatos e heranças com africanos, em meio aos discursos histórico-culturais;
- A percepção da influência dos falares africanos no Brasil, pela incorporação de palavras e dialetos ao vocabulário dos brasileiros;
- O respeito à diversidade cultural do Brasil pela valorização da linguagem dos mais distintos grupos sociais a que os alunos pertencem e se manifestam;
- A percepção da literatura como instrumento de combate ao racismo e preconceitos, valorizando-a como recurso que amplia os conhecimentos acerca de tradições, valores e cosmovisões afro-brasileiras e africanas;
- O conhecimento dos principais autores e obras das literaturas africanas e afro-brasileiras de Língua Portuguesa;
- O reconhecimento e a valorização da mitologia afro-brasileira e africana e da realidade local quilombola para o resgate histórico da identidade dos indivíduos e grupos;
- O conhecimento e respeito à língua oral dos mais variados falares populares, característicos dos mais dos grupos sociorraciais brasileiro.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste material, tal como você deve ter experienciado, não apenas aprontar o problema étnico-racial no Brasil e na escola, nem tampouco destacar o desafio da educação escolar quilombola. De fato, buscamos ir além: buscamos subsidiar meios para conscientizá-lo dessas relações e mostrar que o direito étnico-racial existe e emerge de uma luta coletiva, conquistada a partir de profundas reivindicações e debates. E nesse sentido, o esse direito constitui-se uma necessidade urgente que ampara os grupos étnicos, como negros e quilombolas.

Reconhecer esse direito e conhecer todas as bases e dispositivos legais e curriculares que o garantem é um passo importante, é um condicionante para que se perceba que o trabalho escolar precisa ser repensado e, assim, se articular para efetivar novos modos do fazer pedagógico com enfoque a efetiva implementação das leis n.º 10.639/2003 e 11.645/2009. Leis, que pressupõem a garantia do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula, a partir dos mais diversos componentes curriculares. Além disso, temos as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (2012).

Por identificar a enorme carência de formação continuada e reconhecê-la como um dos pilares fundamentais para a devida implementação da política nacional étnico-racial, buscamos articular e oferecer as oficinas pedagógicas, pois era necessário dar subsídios de conscientização do direito étnico-racial dos negros e quilombolas, a você professor e professora. Feito isso, foi necessário conscientizá-lo (a) da importância do PNL D no processo de escolhas dos livros didáticos, indicando critérios, uma vez que as diretrizes orientam que essas bases devem estar adequadas às novas determinações e paradigmas.

Após tudo isso, buscamos apresentar a literatura afro-brasileira e africana, por dialogar com as mais distintas áreas curriculares, como uma possibilidade pedagógica rica, que muito pode contribuir para a implementação da legislação sobre educação étnico-racial, pelos contos e outros gêneros que articulam os discursos e representações.



Espera-se que as práticas pressupostas e desenvolvidas neste contato tenham contribuído de modo significativo na sua formação profissional, e na sua prática pedagógica a fim de atender o primeiro ciclo do ensino fundamental, pois o intuito era apresentar possibilidades pedagógicas que o auxiliassem e contribuíssem para a superação do ensino tradicional e das relações marginalizantes e hegemônicas constituídas no currículo escolar, a fim de garantir o direito dos negros à educação intercultural que os represente e os dê direito de fala.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ednar. **A Importância da Literatura**. 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://substantivoplural.com.br/a-importancia-da-literatura/#more-22513>>. Acesso em: 07/11/2021.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. 10º ed. Todos Pela Educação. Editora Moderna. Brasília – DF. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 20/07/2022.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.



BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=26.,da%20economia%20e%20da%20clientela. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

COSTA, B.R.F. **Os reflexos do processo de apropriação e funcionamento cultural da língua na comunidade remanescente quilombola Vila Nova.** Monografia (Licenciatura em Letras). Universidade Estadual do Maranhão. Pinheiro, MA, 2014.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007.

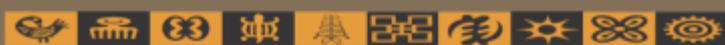
GOMES, Nilma Lino Gomes. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** 2011. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 27(1). Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>. Acesso em: 20/07/ 2022.

MARANHÃO. **Resolução n.º 1471 de 06 de outubro de 2021.** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís – MA, 2021.

MARANHÃO. **Resolução n.º 189 de 16 de novembro de 2020.** Define as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola a Educação Básica no Maranhão. Conselho Estadual de Educação do Maranhão. São Luís, MA. Acesso em: 25 nov. 2022.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZAMBONI, Ernesta; FONSECA, Selva Guimarães. **Contribuições da literatura infantil para a aprendizagem de noções do tempo histórico: leituras e indagações.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 82, p. 339-353, set.-dez. 2010. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 04 jul. 2022.



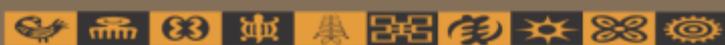
ANEXOS SUGESTÕES

▪ LIVROS DE APOIO DOCENTE:

- ✓ Racismo estrutural - Sílvio Almeida
- ✓ Memórias de baobá - Org. Sandra Haydèe Petit e Geranilde Costa e Silva
- ✓ Quilombos resistência ao escravismo - Clóvis Moura
- ✓ Comunidades quilombolas: das reflexões às práticas de inclusão social - Org. Ana Cristina Silva Daxenberger e Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho Rebeliões da senzala - Clóvis Moura
- ✓ Africanidade(s) e afrodescendência(s) perspectivas para a formação de professores - Org. Maria Aparecida Correia Barreto, Patrícia Gomes Rufino de Andrade, Henrique Cunha Júnior e Alexssandro Rodrigues

▪ LIVROS PARADIDÁTICOS E CONTOS:

- ✓ O que há de África em nós - Walter Fraga, Wlamyra R. de Albuquerque
- ✓ Menina Bonita do Laço de Fita – Ana Maria Machado
- ✓ Zumbi: o pequeno guerreiro - Kayodê
- ✓ O cabelo de Lelê – Valéria Belém
- ✓ Bia na África - Ricardo Dreguer
- ✓ Adjokè e as Palavras que Atravessaram o Mar - Patrícia Matos
- ✓ Meu crespo é de rainha – Bell Hooks
- ✓ Pretinha de neves e os sete gigantes - Rubem Filho
- ✓ O pequeno príncipe preto – Rodrigo França
- ✓ Rosa Parks - Gabriela Bauerfeldt
- ✓ Betina – Nilma Lino Gomes
- ✓ O cabelo de Cora - Ana Zarco Câmara
- ✓ Lápis cor de pele - Daniela de Brito
- ✓ Bucala: a princesa do Cabula – Davi Nunes
- ✓ As tranças de Bintou – Sylviane A. Diouf
- ✓ O pequeno polegar - Cristina Agostinho e Ronaldo Simões
- ✓ Os nove pentes d'África – Cidinha da Silva
- ✓ Joãozinho e Maria - Cristina Agostinho e Ronaldo Simões
- ✓ Os tesouros de Monifa - Sonia Rosa
- ✓ Ndule Ndule assim brincam as crianças africanas - Rogério Andrade



▪ **VÍDEOS, FILMES E DOCUMENTÁRIOS**

Os Africanos - Raízes do Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=fGUFwFYx46s>

A história de Zumbi dos Palmares

<https://www.youtube.com/watch?v=TOV-k5AGhtU>

Abolição da Escravatura no Brasil Educação Infantil

<https://www.youtube.com/watch?v=6pcl3k88OvU>

Cultura Afro-Brasileira

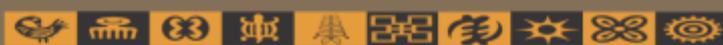
<https://www.youtube.com/watch?v=SuzY1p6PcBU>

Breve História da Cultura Africana

<https://www.youtube.com/watch?v=RPzxtliZGiA>

Como aconteceu a escravidão no Brasil? História até a abolição - Toda Matéria

<https://www.youtube.com/watch?v=5gtxfsHuf5c>



QUESTÕES PARA DEBATE A PARTIR DOS EIXOS DA PEDAGOGIA DO QUILOMBO

MEMÓRIA

- O que são memórias?
- Por que as memórias são importantes?
- Quando e onde essas manifestações culturais e sociais acontecem?
- Os indivíduos mais idosos, representam os anciãos, aqueles que pela sabedoria e experiências de vida apresentam a memória ancestral, eles contam os mitos, histórias antigas e causos. Quem são esses anciãos referência na comunidade?
- Quais as principais histórias contadas por eles?
- Quem foram os primeiros moradores da comunidade Vila Nova?
- Dentre os mais antigos moradores da comunidade, há algum(a) que seja considerado(a) como memória viva, tendo em vista as experiências vivenciadas na comunidade?
- Quais manifestações culturais e sociais a comunidade tem buscado preservar por reconhecer como parte de sua identidade?

ORALIDADE

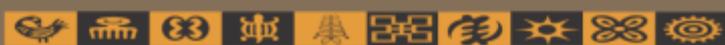
- O que são memórias?
- De que maneira a comunidade quilombola Vila Nova transmite seus conhecimentos antigos aos indivíduos mais novos?
- Como acontecem essas experiências de transmissão desses conhecimentos?
- A oralidade é o principal meio de transmissão dos mitos, histórias antigas e causos?
- Onde ocorre essas transmissões?
- Quais são as expressões ou palavras próprias da comunidade Vila Nova utilizadas no cotidiano?
- Quais conhecimentos e aprendizagens podem ser adquiridos a partir das relações de oralidade?
- Quais cantigas e músicas se mantem vivas nas relações comunitárias?

COMUNIDADE

- Quem somos?
- Como é ser quilombola?
- Como a comunidade Vila Nova foi criada?
- Quais são as principais lideranças quilombola da comunidade Vila Nova?
- Como acontecem as experiências diárias da vida na comunidade Vila Nova?
- Como é a organização da comunidade, inclusive suas festividades?
- Quais as datas comemorativas são mais significativas para a comunidade?
- Quais grupos sociais a comunidade dispõe?

TERRITORIALIDADE

- O que é território quilombola?
- Quais lugares constituem-se como referência histórica e social na comunidade Vila Nova? Qual a importância de cada um deles?
- Quantas residências têm na comunidade?
- Em quais lugares a comunidade se reúne, festeja, planta etc.?
- Quais lugares representam espaços sagrados na comunidade?
- Quais são as construções mais antigas? Onde elas estão localizadas?
- Quais ervas medicinais são cultivadas na comunidade Vila Nova?
- Quais são os direitos fundamentais da comunidade quanto ao seu território?



QUESTÕES PARA DEBATE A PARTIR DOS EIXOS DA PEDAGOGIA DO QUILOMBO

ANCESTRALIDADE

- O que, de fato, é ancestralidade?
- Quem são os nossos ancestrais na comunidade Vila Nova?
- Quais foram as primeiras famílias a residirem na comunidade Vila Nova?
- Que memórias temos dessas pessoas?
- Porque os nossos ancestrais são importantes referências para pensarmos quem de fato somos?
- Por que essas pessoas são importantes para a história da comunidade Vila Nova?

TECNOLOGIAS

- Quais as principais tecnologias existiram e existem na comunidade Vila Nova?
- Quais são as tecnologias utilizadas na agricultura?
- Quais as técnicas para armazenamento de sementes?
- Como são cultivados as plantações?
- Quais as principais atividades de extração desenvolvidas na comunidade ao longo do tempo? O que mudou?
- Quais as principais técnicas utilizadas para a criação de animais?
- Como se dá o abastecimento de água ao longo do tempo?
- Quais as técnicas utilizadas para ter água?
- Quais as principais atividades técnicas desenvolvidas (por oleiros, artesãos e etc.) na comunidade Vila Nova? Quais foram as mudanças nas produções?
- Quais as tecnologias utilizadas nas construções das residências, dos galpões, das casas de farinha etc., ao longo do tempo?
- Quais as tecnologias de comunicação usam ao longo do tempo?

COMUNIDADE

- Quais são os problemas de saúde que mais afligem a comunidade Vila Nova?
- Quais as práticas medicinais a comunidade Vila Nova vivencia?
- Como são realizadas essas práticas?
- Quais pessoas “experientes” realizam procedimentos de curas, benzimentos, assistência aos partos, etc.?
- Como são feitas as manutenções dessas experiências?